

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete de Censelheire Wanderley Ávila



Processo n.: 1.095.290

Natureza: Denúncia

Denunciante: A2M Soluções Eireli

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Caeté

Ano Ref.: 2020

À Secretaria da Segunda Câmara,

Tratam os autos de Denúncia apresentada pela empresa A2M Soluções Eireli em face do Sistema de Registro de Preços n. 006/2020, Processo Licitatório n. 011/2020, Processo Administrativo n. 027/2020, deflagrado pela Prefeitura Municipal de Caeté, cujo objeto consiste no "registro de Preços para futuras e eventuais contratações de empresas especializadas para prestação de serviços de manutenção de infraestrutura urbana e manutenção e conservação dos bens imóveis pertencentes ao município de Caeté, por um período de 12 (doze) meses, com fornecimento de materiais, para atender as necessidades da Administração Pública, através da Secretaria Municipal de Obras, [...] conforme especificações constantes no Edital e seus anexos", estando a sessão do certame inicialmente marcada para o dia 17/09/2020.

A Denunciante alegou irregularidades na condução do certame, em razão da inobservância do art. 4°, VIII e IX, da Lei n. 10.520/02, não tendo a pregoeira se limitado à convocação dos licitantes que apresentaram preços divergentes até o limite de 10% (dez por cento) sobre a melhor proposta para apresentarem novos lances verbais e sucessivos. Ao fim, pleiteou a suspensão imediata da licitação de modo a evitar eventuais prejuízos ao erário público.

Em medidas iniciais de instrução do feito, intimei os gestores municipais para que realizassem o envio das fases interna e externa do procedimento licitatório em exame, de modo a identificar a fase de processamento em que se encontrava (peça n. 20 do SGAP, em 20/10/2020). Em sua manifestação (peça n. 26 do SGAP, 27/10/2020), os



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Conselheiro Wanderley Ávila



gestores informaram que o processo estava suspenso por ato publicado em 23/10/2020, no Diário Oficial do Município.

À peça n. 45 do SGAP, em 04/11/2020, determinei a remessa dos autos para análise pela Coordenadoria de Fiscalização de Editais de Licitação – CFEL. Em seu relatório, a Unidade Técnica compreendeu improcedente o apontamento formulado pelo Denunciante, porém, identificou a existência de indício de irregularidade quanto à vedação de apresentação de impugnações via e-mail. Propôs, assim, a citação dos responsáveis, compreendendo, porém, ser prejudicial ao interesse público a suspensão do procedimento (peça n. 46 do SGAP, em 12/11/2020).

À peça n. 49 do SGAP, em 19/11/2020, determinei a remessa dos autos à 2ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia para análise quanto ao BDI e Termo de Referência da contratação. Em sua análise, a 2ª CFOSE concluiu que o procedimento em comento não observou os termos do art. 14 da Lei nº 8.666/1993, não permitindo a correta identificação e delimitação do objeto da contratação, o que impossibilita a utilização do SRP, pois não é possível determinar sua compatibilidade ao objeto licitado (peça 53 do SGAP, em 26/05/2021).

Em atenção às análises formuladas pelas Unidades Técnicas desta Corte de Contas, poder-se-ia concluir pela necessidade de suspensão do procedimento licitatório, porém, em razão da revogação da suspensão temporária do certame, em 03/11/2020¹, e continuidade do processamento da licitação, verifiquei, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM, que a Prefeitura de Caeté havia realizado diversos pagamentos à empresa Alcateia Engenharia e Construção Ltda., vencedora da ata. Assim, determinei a intimação do Prefeito Municipal para envio de informações e documentos pertinentes à execução do contrato (peça n. 55 do SGAP, em 31/05/2021).

Às peças n. 58 a 61, em 30/06/2021, <u>foram juntados os documentos</u> pertinentes à execução das compras pela Prefeitura.

Dessa forma, esclareço que compete ao Tribunal de Contas, no exercício da fiscalização dos procedimentos licitatórios, a prerrogativa de suspendê-los, mediante decisão fundamentada, em qualquer fase, até a data da assinatura do respectivo contrato ou

¹ Conforme extraído do endereço eletrônica da Prefeitura, disponível em: https://www.caete.mg.gov.br/detalhe-da-licitacao/info/pp-sr-11-2020/30740.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Conselheiro Wanderley Ávila



da entrega do bem ou do serviço, se houver fundado receio de grave lesão ao erário, fraude ou risco de ineficácia da decisão de mérito, nos termos do disposto no artigo 267 da Resolução nº 12/2008, RITCEMG.

Portanto, <u>resta prejudicado o pedido de suspensão liminar do</u> <u>certame</u>.

Impende, todavia, ressaltar que o feito terá normal prosseguimento para a análise das questões denunciadas.

Intime-se o Denunciante do teor deste despacho, na forma prevista no art. 166, § 1°, I, do RITCEMG.

Encaminhem-se os autos à ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para manifestação, nos termos do art. 61, §3°, do RITCEMG.

Após, retornem-me conclusos.

Tribunal de Contas, em 08/07/2021.

Conselheiro Wanderley Ávila Relator (assinado digitalmente)